

O Problema das Penínsulas Mediterrâneas

SILVA, Agostinho da. O Problema das Penínsulas
Mediterrâneas. *Kriterion*, revista da Faculdade de Filosofia da
Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, n.ºs 29 e 30,
julho a dezembro de 1954, pp. 235-248.

I

O livro de Carlo Levi, *Cristo si è fermato a Eboli*, ficará certamente como um dos mais notáveis da moderna literatura italiana, se não tomarmos a expressão no seu sentido mais estrito. Efetivamente, analisada a obra sob o ponto de vista puramente estético, não lhe daremos nem grande pureza nem grande segurança. A forma, voluntariamente posta como um misto de ensaio, de memórias, de invenção poética e de dissertação social, prejudica um pouco a harmonia do conjunto; por outro lado, facilmente, mas não freqüentemente, se expõe Carlo Levi aos perigos de um lirismo demasiado convencional e visto.

E, se quiséssemos alongar a lista dos defeitos, ainda falaríamos da excessiva contribuição do pintor, que também o é Levi, à sua obra de escritor; tal como há pinturas que o não são na realidade, mas sim desenho colorido ou escultura, assim há prosa que é verdadeiramente arte plástica: de vez em quando, na atenção aos traços fisionômicos das personagens ou às grandes massas do fundo paisagístico, o pintor trai o escritor.

É certo que o defeito se converte em muitos pontos numa real qualidade: basta recordarmo-nos das caracterizações de Gagliano e de Matera e do carnaval de aldeia como das melhores páginas do livro. Ou, em mais sutil qualidade, do ponto brilhante que a mosca voando deixa, sob a grande claridade do “paese”, entre a infatigável e inesgotável turma de moscas. Aqui, porém, não está o maior mal que pode vir a um pintor e escritor: o mais grave é que as pinturas serão quase sempre, por seu turno, de caráter literário.

Seja como for, o livro de Carlo Levi, tomado no conjunto, representa, além do que veremos mais adiante, um súbito caminho de saída para a literatura chamada neo-realista que tomou, nos países de pauperismo, e perdendo em arte, todas as preocupações de reforma social, ou de piedade (raras vezes) ou de esta-

tística, ou de panfleto (quando existe censura), que levam a confusões de gênero ainda mais graves que as de pintura e literatura. O desespero da condição humana, que é porventura o ponto central de toda a arte, não deve ser compreendido como o desespero ante as condições físicas ou jurídicas, que são remediáveis, e advêm não de estruturas do ser, mas dos acidentes da história, o que, no entanto, não quer dizer que se não inclua a história naquilo a que poderíamos chamar as fatalidades do ser. Neste último caso, como a história é essencialmente tempo e espaço, só o ato místico poderia, abolindo-os, dar solução a todo o problema, e então, por inclusa, como que extinguiria a arte.

Retornando, porém: o neo-realismo chegou a um altura de seu caminho em que a solução não é de caráter literário, mas político; feitas as reformas necessárias, qualquer que lhes seja circunstância e o nome, o motivo central do romance neo-realista terá desaparecido; e com ele uma arte que tem sido quase sempre extremamente ruim. Ora, a primeira idéia que Levi nos deixa quanto ao assunto é que a forma de exposição tem sido mal escolhida: o que se justificaria como exposição de motivos, ou como estudo de sociologia, ou como trabalho de memorialista, tem sido, pela restrição de liberdades, nalguns pontos, noutros por moda, feito em jeito de história, de romance, que é tradicionalmente ação, movida no essencial por molas internas ou análise de sentimentos.

Nem uma nem outra se encontram em geral no romance neo-realista. Carlo Levi deliberadamente se mete por outro rumo: o seu livro é, na estrutura basilar, um relatório da estada de um desterrado político numa aldeia do “mezzogiorno” italiano. As personagens, que seriam irreais num romance – e é o que acontece quase sempre no livro neo-realista – são perfeitamente justas, vivas e firmes nos lineamentos da memória. Não vêm até nós representar o papel que o autor lhes distribui: elas se impõem como vida a quem as vive.

De certo modo, a literatura de Levi corresponde exatamente ao jeito realista do grande filme italiano: quando em *Roma cidade aberta* ou nos *Ladrões de bicicletas*, ou no *Arroz amargo* joga, por aí assegurando a sua vitória sobre o cinema americano, com a gente real e não com os profissionais do estúdio. E até para épocas pretéritas: como quando, com o afastamento e certo cinismo que convêm a um bom realista, nos traz, com esforço maior, a vida de uma época e juntamente a idéia que essa época teve de sua vida: o que é o caso de filmes como *Le due orfanelle* ou *La portatrice di pane*.

É seguro, porém, que não veremos nesta primeira invenção o maior mérito de Levi; ele foi muito mais longe do que isso. Como dissemos, a impressão com que se fecha um romance neo-realista é a de que bastará uma

reforma social para que tudo se resolva: a coletivização de fábricas, a supressão da agricultura industrializada em mãos de latifundiários ou o tratamento técnico das zonas áridas tornariam sem sentido os problemas postos pelos autores. De um modo mais geral e naturalmente esquemático, poderíamos dizer o seguinte: um socialismo quanto possível liberal, ou um liberalismo sem capitalismo, marcaria a inauguração de um paraíso na terra.

Em primeiro lugar, haveria que discutir a vasta questão de saber até que ponto são compatíveis, nos planos da pura existência neo-realista, a planificação exigida pelo socialismo e a liberdade do indivíduo; em segundo lugar, se o socialismo, além de resolver problemas econômicos, faz qualquer outra coisa que não seja deixar a mente livre para tentar a resolução dos outros.

Quanto a este último assunto, conviria, cremos nós, fixar o espírito em dois fenômenos para os quais se não pôs ainda uma explicação plena: um é o da inquietação íntima em que vivem países que resolveram quase por completo as questões de organização econômica; nas terras escandinavas, por toda a parte apontadas como modelos, bebe-se mais do que em qualquer outro lugar do mundo, e mais se beberia se não houvesse as medidas restritivas do governo, o que é uma estranha forma de cultura e liberdade; joga-se desenfreadamente; não há interesse real por coisa alguma; põem-se os preços nos objetos que se enviam de presente para que fique bem marcado o grau de estima; e a taxa de suicídio atinge um nível a que se está longe de chegar mesmo nos países em que existem as várias formas de escravidão e degradação humanas muito justamente denunciadas pelos neo-realistas. O outro ponto que parece importante é o seguinte: a literatura neo-realista atingiu o seu máximo de significação em regiões como a Itália, a Península Ibérica e a América do Sul.

Haveria que tratar aqui do problema tal como ele se põe para os Estados Unidos: efetivamente, não se nos afigura que se labore no mesmo caso. A literatura neo-realista dos Estados Unidos deve marcar acima de tudo o desespero do homem aprisionado nas suas próprias técnicas, devido ao sistema econômico que lhes subjaz e que é também afinal uma técnica de produção. O verdadeiro conflito em que se debate a América do Norte é o do choque entre uma energia criadora, das mais poderosas que têm surgido na terra, e as redes que, pelas origens protestantes, a comunidade americana lançou sobre si mesma; tão forte o vezo, que o próprio catolicismo nos Estados Unidos se está tornando protestante: porque a idéia de êxito e poder o está levando a pôr de lado a de caridade e fraternidade; ou, em resumo, a de justiça, como a entendia o próprio Cristo.

II

Creio ter sido a Montessori quem pela primeira vez chamou a atenção sobre o fato de as crianças viverem num mundo que foi em todas as suas formas construído para adultos, o que lhes dá a elas uma contínua impressão de esmagamento ou pelo menos de prisão. Os fechos das nossas portas estão colocados à altura que serve para nós, e à nossa estatura estão acomodadas as cadeiras em que nos sentamos. É o grande mérito da educadora italiana, embora em muitos pontos tenha substituído um sistema artificial por outro sistema artificial, está exatamente em ter reclamado e conseguido que fossem colocadas as crianças num ambiente à sua medida verdadeira.

É evidente que foi este o caminho certo: mas poderia, no momento em que a questão se teve de decidir, ter surgido outra idéia: a de que a raiz do problema estava exatamente em aperfeiçoar o que já havia para os adultos; talvez tornar mais simples e mais seguros os fechos das portas, sempre na mesma altura, talvez introduzir com mais amplitude nos ambientes domésticos as invenções da técnica moderna, sempre, no entanto, para adultos. Mas hoje, quando a linha de vitória se inclinou para as idéias da pedagogia moderna, é fora de dúvida que uma tal proposta nos pareceria absurda e fora do próprio campo da questão.

Ora o problema das populações rurais da Itália e, por extensão, das penínsulas mediterrâneas, se encontra, segundo as idéias de Levi, e é este o fulcro do livro, numa posição semelhante àquela em que se encontrava o problema da criança. Sem cair no exagero de supor para o camponês mentalidade diferente da do cidadão, a exemplo do que, em certas escolas sociológicas, se fez para o primitivo, parece a Levi que os cuidados da agricultura ou do pastoreio levam o homem ao interesse pelo local, pelo que está dentro do seu horizonte, pelo pouco, ou muito, que poderá percorrer na sua jornada de marcha.

A linha de céu e terra é para o camponês um limite, fronteira de seu mundo e sua vida; para o homem que fez as cidades, à volta de portos de mar ou de pousos nas estradas de comércio, o horizonte constitui, pelo contrário, a perpétua atração do descoberto; é o que está para lá que lhe interessa. Para quem vive fixado à terra, o vasto mundo se povoa de fantasmas e perigos; quem está do outro lado da divisa é inimigo: pelo menos se olha com desconfiança; e, se acaso se revelou bom, como no livro acontece, todo o desejo é de que jamais torne a pisar a linha fatal.

Ora o que sucede é que as alavancas da política, do progresso técnico e das reformas se encontram precisamente para além do horizonte; de um modo

geral, tudo quanto vem das capitais é para o camponês, ruim, mesmo que esteja incluso no que lhe trazem um real melhoramento das condições de vida: a luta que nos países socialistas se dá continuamente entre o que poderíamos, simplificando, pôr como o operário de um lado e o camponês do outro, não tem nenhum significado senão esse.

A primeira reação é de batalha; e todos sabemos como o conflito tem deixado seu profundo sulco de amargura e de ressentimento; e como, por consequência, certos regimes adotaram formas de violência que de nenhum modo, pelo menos teoricamente, o socialismo implica. Entre o mundo local do camponês e o largo mundo estatal o clima é de luta; a reforma gizada pelos políticos e aplicada a partir de um poder central choca-se com os costumes, os gostos e os jeitos da mentalidade das aldeias; e a verdadeira voz do camponês, o seu anseio mais profundo perde-se por completo, continua esmagado pelos séculos, surgindo como única solução a industrialização da agricultura, o que é econômica, biológica e humanamente errado, e o extermínio.

Este é, porém, no que se refere ao problema rural de países como a Itália ou Portugal ou Espanha, o vício fundamental de todos os partidos, de todas as reformas apregoadas ou propostas; quaisquer que sejam a forma e a situação do Estado, ele representará sempre para o camponês uma potência de ocupação, potência que, quaisquer que sejam os benefícios que possa trazer, se apresentará sempre como inimiga, tanto mais que as obras se acompanham do inevitável cortejo de funcionários, de exatores fiscais, de autoridades e polícia.

Do cortejo do domínio e de uma espécie de imperialismo nacional, mais antipático do que o outro porque se exerce, adentro das fronteiras, por homens que falam a mesma língua e se pretendem da mesma pátria. Quando o não são, de fato: porque para o Camponês a pátria não é a Itália, nem Portugal, nem a Espanha: a pátria é a sua aldeia e, às vezes com dificuldade, a aldeia vizinha. A poderosa pátria das árvores que viu crescer, de seus amigos, de suas festas, terras e cachorros; pátria das horas iguais que vigorosamente vão plasmando sua personalidade e lhe dão a força e a paciência de suportar a si próprio e aos outros; pátria das cores do solo e não a pátria das cores do mapa.

Há uma reflexão que escapou a Carlo Levi e que seria interessante fazer-se: a de que os três povos ou grupos de povos de que tratamos foram grandes exatamente nas épocas em que se conseguiu encontrar um equilíbrio perfeito entre o particularismo rural e a autoridade central: é a Itália dos municípios e a Península dos forais; é mais o punhado de pequenas nações do que a nação inumana que destrói a particularidade, a iniciativa e a compartimentação do mundo à nossa medida; é a força do soldado romano que vem servir

seu tempo com o exército e regressa depois à terra que possui; é as assembleias de Toledo e é as cortes portuguesas, de vigorosas e fiéis atitudes entre os fidalgos e o Rei.

Mas o cesarismo romano, de caráter oriental, e o cesarismo peninsular, que vem com o renascimento do direito romano e as lições de Maquiavel, desfazem a delicada e ao mesmo tempo seguríssima trama de vida que se conseguira criar: e, para a Itália, desde os primeiros generais com exército permanente, para a Península, desde a invasão de uma Roma imperial renascida, o que houve foi a ocupação: ocupação de tropas estrangeiras, ocupação de chefes estrangeiros, ocupação de idéias estrangeiras.

No *Cristo si è fermato a Eboli*, e o título indica bem quanto populações cristãs estão sofrendo um domínio pagão, levanta-se o problema, mas não se propõe remédio algum; mas há, e fortemente, a sugestão do que se teria de fazer.

Em primeiro lugar, descentralizar. Enquanto países de tipo mediterrâneo, e aqui incluo os da América do Sul, estiverem em regime de centralização, haverá na Terra, qualquer que seja o liberalismo das constituições, a capacidade de crítica da imprensa e a segurança do indivíduo, um lugar em que existe a opressão do espírito real, que é a mais terrível de todas, porquanto significa a morte, não só do que informa o nosso tipo atual de civilização, mas a destruição de tudo o que se poderia criar de não visto no mundo.

Talvez com um regime centralista se assegurasse a unidade de Roma, mas não se teriam lançado as bases de helenização do mundo mediterrâneo; talvez com um regime centralista se tivesse tornado a Península uma forte potência, mas não teriam surgido nem catalães nem portugueses. Descentralização e autonomia devem estar na primeira linha de combate para homens do tipo dos de Levi; no fundo, e como o está demonstrando a notável experiência da Índia atual, o trabalho de verdadeira reforma tem de ser feito, não *para* os camponeses, mas *pelos* camponeses, *com* os camponeses.

E exatamente como não é um Estado Italiano quem faz o primeiro surto de Roma ou, séculos depois, o breve intervalo das Repúblicas, bem significativas, apesar de se basearem no comércio; como não é o Estado Catalão, mas os marinheiros catalães, que tomam a iniciativa de descobrir; como, sobretudo, não é o Estado Português, mas a Ordem de Cristo, quem faz os descobrimentos fundamentais; também não são organizações de caráter estatal que poderão lançar as bases de uma vida nova.

Aqui, a associação particular, largamente subsidiada, terá um papel essencial; aqui, são voluntários, como os da Cruz Vermelha, como os dos Grupos

de Trabalho da Unesco, ou os do Ponto 4 e do movimento a favor das comunidades aldeãs na Índia, que vão desempenhar, se a história os ajudar, a mais importante das tarefas.

Terá que haver, naturalmente, uma entidade central reduzida a um mínimo, embora exemplos como os da Ordem de S. Bento possam tornar legítimo o pensamento contrário; mas o trabalho realmente importante esse terá que ser feito nos próprios núcleos de população rural e por quem lá reside, como se fez para certas aldeias do Nilo. E por quem leve os habitantes, com os recursos de fora, a realizar, eles próprios, o trabalho de pequena engenharia rural, de sanitarismo e de educação que acima de tudo lhes dará o que mais lhes falta: esperança e fé; vida.

III

Tendo levantado com agudeza o problema das relações entre o Estado e a população rural da Itália, não fala Levi no seu livro de outro ponto mais geral e porventura ainda mais importante que o primeiro. Não entrava o tratá-lo na economia do seu trabalho: e o que se vai seguir representa não uma crítica a defeitos de Levi, mas como que um passo para além da base que ele próprio alicerçou.

Efetivamente, desde que houve em qualquer das Penínsulas mediterrânicas, incluindo a mais longínqua Grécia, um regime adequado ao tipo psicológico das populações e às suas condições de vida, foi logo positiva a sua contribuição ao patrimônio mais profundo da humanidade: a cidade-estado da Grécia dá a geometria e a filosofia, lança, para além das inevitáveis criações e modificações de outros espaços e outros tempos, cânones eternos para a arte e marca, pelo poderio de Apolo e Dionísio, os dois termos de uma antinomia que ainda se não resolveu por completo: oferece por um lado soluções, por outro lado, o que é ainda mais fecundo, formula problemas.

Na Itália, a par da construção de um direito e de uma administração que assentam primordialmente no esforço do camponês considerado como tal, vem pelo trabalho de igrejas cristãs não unidas ainda numa organização centralizada a vitória da propaganda de uma religião inteiramente estranha aos hábitos mentais dos corpos dirigentes.

Na Península Ibérica, todo o surto de liberdade, de força criadora, de vigor primevo que levanta catedrais, escreve poemas, e, recuando mais, mantém conviventes as três religiões, as três mentalidades e talvez as três raças de

judeus, árabes e cristãos, se baseia na organização social que, tendo por base o município romano, a descentralização tribal dos germanos e a cabila moura, só é dominada por Fernando e Isabel e sofre o seu golpe de misericórdia com a derrota dos “comuneros”.

E em Portugal, que mais particularmente nos interessa, são os concelhos, os forais e as câmaras que estão na base de arranque de toda a originalidade do ocidente da Península, do seu lirismo, do seu franciscanismo, da sua epopéia feita igualmente da Fé e do Império. A decadência e a morte virão com a política centralizadora e unificadora que culmina em D. João III.

Se repararmos bem, todos estes movimentos, o dos filósofos gregos, o dos juristas romanos, o do cristianismo, o do califado de Córdoba, o dos descobrimentos portugueses, têm, apesar das diferenças que se lhes podem facilmente marcar e de todos os elementos, acidentais ou não, que se lhes juntaram, uma característica comum: a tendência para o universal e para o sincretismo.

Por uma parte, criam valores que o serão para todos os homens, mesmo os de mais diversas raças, mesmo os de mais estranhas cores; por outra parte, com maior ou menor extensão, se forma um grupo que não é puramente nacional, que só é exatamente grupo de valor histórico na medida em que o constituem elementos que poderiam parecer heterogêneos: a invenção intelectual dos gregos junta, nos atenienses, um jônico asiático e um dórico que ainda guarda, na clareza do entendimento e na violência das atitudes, a origem indo-européia; latim, fala-o menos a gente do Lácio do que celtas da Gália e o futuro romeno e os talvez bérberes da Península; com o cordobês se reúnem celtas, visigodos, vândalos, restos de romanos, semitas da Palestina e semitas da Arábia; e nos descobrimentos portugueses, como justamente o pintou Nuno Gonçalves, entra o judeu como entra o mouro.

Quer isto dizer que, paradoxalmente, à medida que se reduz o grupo racial das penínsulas mediterrâneas, à medida que o Estado deixa de ser um longínquo e, por aí, mais aterrador fantasma, para se tornar uma instituição municipal e local, as forças íntimas do homem se desenvolvem e se soltam e a marca da sua própria liberdade representa uma conquista de liberdade para o mundo, liberdade nos domínios das relações em escala mundial.

Tudo se passa como se, liberto de prisões históricas que lhe são insuportáveis, e refluindo à sua mais íntima natureza, logo, por um movimento de reação e se tendo animado ao contato das mais estruturais forças do ser, ganhasse um significado universal de plataforma em que se pode reunir e congregar o que há de mais diverso na infinita diversidade do homem.

Só que, e sempre condicionados pelos estádios econômicos do mun-

do, estes períodos de plena vivência têm sido bastante limitados; o poderoso clarão dura um momento e morre; e na treva que se segue o que há de mais terrível não é o abandono em que ficam os outros povos, mas o desespero a que parece levá-los a presença quase exclusiva das forças materiais e brutais de conquista; o pior de tudo é o que vai lançando a sua escuridão sobre o brilho do mundo: é, na alma dos que são capazes de abraçar o universo e se vêem esmagados pela mesquinhez das burocracias estatais, o tudo amargar, envilecer e desesperar esse exílio do céu.

Dominados por imperialismos de momento, definham-se os homens feitos para os eternos impérios da fraternidade humana e do catolicismo não somente institucional, mas vital; são eles verdadeiramente aqueles para quem, como no soneto de Nerval, brilha um negro e frio sol de melancolia. E é de fato essa a dor mais funda, a de não ser, a que escapou a Carlo Levi.

Os povos, no seu conjunto, se comportam, afastadas as inevitáveis diferenças, como se comportam indivíduos: há dentre nós os que foram marcados para a existência regrada e meticulosa, para governar suas casas, assinar seus pontos de repartição, criar seus filhos, manter a sociedade no horário regular dos pensamentos e dos trens, como há, dentre as nações, as que se chamam Suécia e Noruega e Nova Zelândia e Dinamarca.

Há outros, porém, cuja missão é a de inventar e manter aquelas vozes menores de estrelas celestes e de poemas e de ascensões fantasiosas que tornam a vida suportável para os outros, mesmo que o não sintam ou não saibam: esses, os que terão a derradeira palavra, depois que o conforto da vida, amplamente conseguido para todos, significar muito menos do que atualmente significa, esses cuja missão é tornar o mundo uno e coeso, da unidade e coesão que vem de ser o homem inteligente, criador e santo, esses se chamam Itália e Grécia, e Espanha e Portugal; dentro em pouco, Brasil; e para este último ponto nos quisemos sobretudo voltar.

É realmente duvidoso que, dadas as circunstâncias gerais da civilização européia, as penínsulas mediterrâneas possam renascer, digamos, nos seus próprios locais; aí, ao que parece, o mais que podemos desejar é a liberdade de que fala Carlo Levi, a autonomia, a descentralização, o valor da aldeia como base do mundo.

Para realizarem a sua vocação mais alta, outra condição se lhes torna necessária: é preciso que haja, para uma Itália e para um Portugal, uma espécie de metempsicose à maneira indiana: que, purificadas dos pecados históricos que tiverem cometido, e muitos foram, essas nações voltem à vida num corpo que signifique existência ainda superior e mais fecunda.

A transmigração quereria aqui dizer emigração: o novo Lácio e o novo Portucale de que poderão partir é o Brasil; só ele lhes fornecerá, pelo que já representa, o ponto de apoio espiritual e material para que, fundindo-se entre si e entrando no grande caldeamento que se processa entre nós, possam um dia ser elemento, e não dos menos relevantes, daquilo que o Brasil tem a dar ao mundo: o sistema de vida que reúna a verdadeira liberdade, a verdadeira ciência e a verdadeira fé num real catolicismo aberto a todos os homens de todas as linguagens, de todas as raças e de todos os credos.